

RECUPERAÇÃO DE RECEITA

Prefeitos assinam adesão ao projeto de Execução Fiscal

Projeto já foi implantado em mais de 30 comarcas

Assessoria

Os prefeitos de Denise, Porto Estrela, Nova Olímpia e Barra do Bugres, que fazem parte da Comarca, assinaram na última quarta-feira, 11, durante solenidade na Câmara Municipal de Barra do Bugres, a adesão ao Projeto de Efetividade na Execução Fiscal entre a Corregedora Geral do Poder Judiciário de Mato Grosso, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

O projeto inovador tem por objetivo principal a realização de ações que visem a redução de processos respectivos, prestigiando, de igual forma, soluções conciliatórias e da utilização de medidas extrajudiciais, garantindo agilidade, qualidade e eficiência no trâmite dos processos judiciais e administrativos, relativos às ações de execução fiscal municipal e estadual.

Em pouco mais de um ano de existência, o projeto foi implantado em mais de 30 comarcas com a adesão de dezenas de municípios que resolveram processos com mais de 20 anos de existência. Os municípios que aderiram ao Projeto de Efetividade na Execução



Assinaram prefeitos de Denise, Porto Estrela, Nova Olímpia e Barra do Bugres

“Pendências que se arrastam por décadas poderão ser resolvidas

Fiscal melhoraram a arrecadação e recuperaram suas receitas, bem como, a redução do estoque de processos das ações que são ajuizadas, através de soluções conciliatórias entre contribuinte e Poder Executivo.

O prefeito anfitrião,

Raimundo Nonato, ressaltou a importância da assinatura do protocolo que dará melhor andamento aos processos, tornando a justiça mais célere na Comarca de Barra do Bugres. “Pendências de IPTU e outros tributos, que se arrastam por décadas poderão ser resolvidas nas audiências de conciliação, o que favorece ao munícipe, Poder Executivo e as Varas Cíveis”, ressaltou.

A desembargadora Maria Aparecida Ribeiro anunciou a realização de Mutirão Fiscal em Barra do Bugres, que ocorrerá de 1º a 31 de agosto desse ano, para parcela-

mento ou pagamento à vista. A magistrada disse que buscou esse projeto no estado de Minas Gerais e, quando assumiu a Corregedoria, implantou a ideia com algumas adaptações da realidade de Mato Grosso. O Tribunal de Justiça pretende implantar o projeto nas 79 Comarcas existentes no Mato Grosso. A desembargadora afirma que o projeto visa diminuir a alta taxa de congestionamento fiscal nas comarcas e auxiliar os municípios e o Estado a recuperarem a receita que está parada, nos processos que se arrastam por muitos anos.

AJUSTAMENTO

Termais assinam TAC para regularizar a atividade

RD News

Proprietários e representantes de balneários termais da região sul do Estado de Mato Grosso que, em março, foram interditas por duas semanas pelo DNPM por não possuir autorização para fazer uso do subsolo, assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal (MPF) de Rondonópolis, com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e com a Secretaria estadual de Meio Ambiente (SEMA).

A exploração de água subterrânea termal estava sendo realizada de forma ilegal na região, acarretando prejuízos à União, ao Estado e municípios, além de trazer riscos de danos à saúde pública e ao próprio aquífero.

De acordo com as regras do TAC, os nove empreendimentos - localizados em Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa - deverão ser regulamentados junto ao DNPM em 24 meses. A renovação da concessão só será dada aos que cumprirem todos os prazos e exigências.





Com a gente as férias são sinônimo de diversão

INVIOLÁVEL[®]
MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tangará da Serra, MT
65 3311-3311 / inviolavel.com